

Proximidade e Educação Social: “Famílias Amigas” no Acolhimento Residencial**Proximity and Social Education: 'Friendly Families' in Residential Care**Filipe Couto¹Ana Camões²Cindy Vaz³

12

Resumo: O acolhimento residencial de crianças e jovens em situação de perigo continua a ser uma resposta necessária no sistema de proteção em Portugal. No entanto, os efeitos prolongados da institucionalização sobre o desenvolvimento emocional e social dos menores são amplamente reconhecidos como prejudiciais, sobretudo pela ausência de vínculos afetivos estáveis e de experiências familiares positivas. Neste contexto, o presente artigo analisa o projeto “Famílias Amigas”, uma iniciativa implementada numa instituição de acolhimento residencial do norte de Portugal, que visa mitigar os efeitos da institucionalização através da integração afetiva e informal de crianças e jovens em lares de famílias voluntárias durante os fins de semana e períodos de férias. Realizado num projeto de investigação-ação, com base numa metodologia qualitativa de carácter descritivo e reflexivo, e na análise de dados institucionais, este estudo procura compreender os objetivos, a operacionalização, os impactos e os desafios do projeto. São abordados aspetos como a criação de vínculos afetivos seguros, o reforço da autoestima, a ampliação das redes de apoio emocional e a construção de memórias afetivas significativas para os jovens acolhidos. A fundamentação teórica recorre às contribuições da Teoria da Vinculação e da Educação Social. Os resultados indicam que o projeto tem efeitos positivos no bem-estar emocional e social das crianças, contribuindo para a sua integração e desenvolvimento pessoal. No entanto, também se identificam limitações, nomeadamente o risco de dependência emocional, a dificuldade de cobertura a todas as crianças institucionalizadas e a exigência de um acompanhamento técnico contínuo. Conclui-se que o projeto “Famílias Amigas” é uma prática de proximidade inovadora e eficaz, com elevado potencial de replicação em outros contextos, desde que sustentado por uma equipa técnica qualificada e comprometida.

¹ Escola Superior de Educação de Fafe - Instituto Europeu de Estudos Superiores (ESEF-IEES). Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (CIDI-IEES). Professor Adjunto

² Escola Superior de Educação de Fafe - Instituto Europeu de Estudos Superiores (ESEF-IEES). Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (CIDI-IEES). Professora Coordenadora

³ Escola Superior de Educação de Fafe - Instituto Europeu de Estudos Superiores (ESEF-IEES). Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (CIDI-IEES). Professora Coordenadora

Recebido em: 17 /10/2025

Aprovado em: 13/12/2025

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



Palavras-chave: Acolhimento Residencial; Vínculos Afetivos; Famílias de acolhimento; Educação Social

Abstract: The institutional care of children and young people at risk remains a necessary response within the child protection system in Portugal. However, the prolonged effects of institutionalization on minors' emotional and social development are widely recognized as detrimental, particularly due to the absence of stable affective bonds and positive family experiences. In this context, the present article analyzes the “Friendly Families” project, an initiative implemented in a youth care institution in northern Portugal, aimed at mitigating the effects of institutionalization by fostering the affective and informal integration of children and young people into volunteer families' homes during weekends and holiday periods. Conducted within an action-research project, based on a qualitative methodology of a descriptive and reflective nature, and through the analysis of institutional data, this study seeks to understand the objectives, operationalization, impacts, and challenges of the project. It addresses aspects such as the creation of secure affective bonds, the strengthening of self-esteem, the expansion of emotional support networks, and the construction of meaningful emotional memories for young people in care. The theoretical framework draws upon contributions from Attachment Theory and Social Education. The results indicate that the project had positive effects on the emotional and social well-being of the children, contributing to their integration and personal development. Nevertheless, some limitations are identified, such as the risk of emotional dependency, the difficulty of covering all institutionalized children, and the need for continuous technical support. It is concluded that the “Friendly Families” project represents an innovative and effective proximity-based practice, with high potential for replication in other contexts, provided it is supported by a qualified and committed technical team.

Keywords: Institutional Care; Affective Bonds; Host Families; Social Education

1 Introdução

O acolhimento residencial de crianças e jovens em situação de perigo continua a ser uma resposta necessária no sistema de promoção e proteção em Portugal, representando, muitas vezes, uma tentativa de garantir os seus direitos fundamentais, quando o seio familiar não oferece as condições necessárias à sua proteção e desenvolvimento integral. Os efeitos prolongados da institucionalização sobre o desenvolvimento socioemocional dos menores são amplamente reconhecidos como prejudiciais, sobretudo pela ausência de vínculos afetivos estáveis e de experiências familiares positivas. Neste sentido, a retirada do contexto familiar pode significar, para muitas destas crianças e jovens, a rutura com laços afetivos importantes, o que compromete a construção da sua identidade e autoestima.

Para além da função protetiva, o acolhimento residencial deve, portanto, assumir também um papel reparador e relacional, reconhecendo o impacto profundo que a ausência de vínculos significativos pode ter no percurso emocional e social da criança e jovem. Neste sentido, projetos que promovem relações de proximidade e afetividade surgem como estratégias

complementares fundamentais no processo de socialização e desenvolvimento emocional dos acolhidos. Tais iniciativas não apenas contribuem para a criação de ambientes mais humanizados, como também se tornam pilares fundamentais na reconstrução de vínculos afetivos e no fortalecimento da resiliência individual.

O projeto “Famílias Amigas”, iniciativa implementada numa instituição de acolhimento residencial do norte de Portugal, constitui uma resposta inovadora e humanizadora. Através da integração informal dos jovens em núcleos familiares voluntários, durante os fins de semana e em períodos de férias, proporciona-lhes vivências afetivas que, embora não substituam a família de origem, contribuem para a reconstrução de vínculos, criação de memórias positivas e reforço da autoestima.

Este artigo propõe-se refletir sobre a pertinência desta prática à luz das teorias da vinculação e desenvolvimento socioafetivo, analisando os impactos positivos e limitações observadas no âmbito de um projeto investigação-ação de intervenção socioeducativa realizado na instituição de acolhimento residencial.

2 A importância dos vínculos afetivos no desenvolvimento infantil

As relações afetivas precoces assumem um papel central no desenvolvimento social, emocional e psicológico da criança. O desenvolvimento saudável de uma criança está intimamente ligado à qualidade das suas relações afetivas precoces. Esta noção tem sido amplamente sustentada por teorias clássicas da psicologia e continua a ser validada por investigações contemporâneas. Os vínculos estabelecidos nos primeiros anos de vida moldam a forma como a criança se relaciona consigo própria, com os outros e com o mundo.

Na teoria da vinculação a ausência de vínculos seguros compromete o desenvolvimento infantil, podendo instabilidade emocional, dificuldades de socialização e problemas de autoestima. Para Bowlby (1969, 1988) a presença de figuras significativas que transmitam segurança é essencial para que a criança possa explorar o ambiente, desenvolver autonomia e construir resiliência. Enquanto a sensibilidade na resposta às necessidades da criança e dos jovens promove a formação de vínculos seguros, a ausência ou inconsistência nos cuidados gera insegurança e instabilidade emocional (AINSWORTH, 1978).

Em contextos de institucionalização, onde muitas crianças e jovens vivenciam ruturas familiares e traumas prévios, a necessidade de vínculos afetivos torna-se particularmente evidente. Diversos autores (ZEGERS et al., 2006) mostram que cuidadores com modelos seguros de vinculação contribuem significativamente para o desenvolvimento da confiança e

para a adaptação das crianças institucionalizadas. A importância da presença de múltiplas figuras de referência – como cuidadores, professores ou educadores – capazes de favorecer a reorganização emocional e a construção de novas relações afetivas, mesmo em contextos não parentais (MATOS e COSTA, 1996).

Os vínculos afetivos não são apenas desejáveis, mas estruturantes para o desenvolvimento infantil. Em contextos de acolhimento residencial, onde muitas crianças enfrentam rupturas familiares, estas necessidades de vínculo tornam-se ainda mais evidentes. Garantir a qualidade dessas relações torna-se um imperativo ético e uma condição essencial para um crescimento saudável. A separação da família de origem, a instabilidade e as experiências traumáticas anteriores tornam urgente a criação de referências emocionais seguras, ainda que em contextos não parentais. Ainsworth (1978) e Fonagy (2004) destacam que é possível reconstruir vínculos afetivos significativos, mesmo fora do seio familiar tradicional, desde que exista consistência relacional e disponibilidade emocional.

3 Institucionalização e bem-estar psicossocial

A institucionalização de crianças, apesar de frequentemente associada a contextos de risco/perigo e fragilidade emocional, pode representar uma oportunidade de proteção e reconstrução, desde que alicerçada em práticas que promovam o bem-estar psicossocial. Para Paiva (2012) a institucionalização de crianças não deve ser encarada como solução definitiva, mas como uma medida temporária de proteger e garantir os seus direitos. A longo prazo, a institucionalização pode impactar negativamente a construção da identidade, a confiança nos adultos e o sentido de pertença. Com a mesma visão, Barros (2023, p. 33) aponta a institucionalização como o processo de afastar a criança ou jovem do seu ambiente familiar e assegurar suporte, em que “o principal objetivo da institucionalização é garantir a proteção e o bem-estar da criança, bem como garantir sua segurança e saúde”. O mesmo autor sublinha que esta medida deve ser considerada apenas como último recurso no âmbito da proteção à criança e ao jovem.

Os ambientes institucionais acolhedores são fundamentais enquanto contextos estruturantes e protetores no percurso das crianças institucionalizadas. Neste sentido, Amado et al. (2003) defendem que instituições que reproduzem dinâmicas familiares – com rotinas estáveis, apoio individualizado e relações de proximidade – favorecem o sentimento de pertença e contribuem para a redução da desorganização emocional. Esta perspectiva é complementada por Yunes et al. (2004) que consideram que estes contextos funcionam como “microssistemas”,

nos quais a estabilidade e o afeto proporcionados podem atuar como espaços de reparação emocional, contrariando os efeitos de experiências anteriores marcadas pela negligência ou pela violência.

Para além do ambiente institucional em si, as intervenções terapêuticas assumem igualmente um papel decisivo na promoção da saúde mental e na construção da resiliência das crianças acolhidas. Hawkins-Rodgers (2007) propõe, neste âmbito, modelos assentes no “ensino terapêutico”, centrados no desenvolvimento de competências emocionais e sociais, necessárias ao bem-estar das crianças. Por sua vez, Cyrulnik (2001) destaca a importância da reconstrução de vínculos afetivos e da construção de narrativas internas positivas como condição necessária para a superação do trauma.

Nesta linha de pensamento destaca-se o conceito de “magia ordinária”, introduzido por Masten, para descrever a forma como fatores protetores aparentemente simples – como relações estáveis, apoio contínuo e reconhecimento – podem, quando presentes de forma consistente, potenciar processos resilientes e promover trajetórias de vida mais saudáveis. Assim, a combinação entre contextos institucionais seguros e intervenções terapêuticas adequadas revela-se essencial para garantir o bem-estar social e emocional das crianças em situação de acolhimento (MASTEN, 2001). Neste sentido, surgem propostas complementares que procuram garantir interações significativas com adultos de referência fora da instituição, permitindo à criança experimentar contextos familiares afetivos. É o caso de iniciativas como os projetos de apadrinhamento afetivo, famílias de fim de semana e, especificamente como no caso em análise, o projeto “Famílias Amigas”. Desta forma, a institucionalização, apesar dos riscos psicossociais associados, pode constituir um espaço de transformação positiva quando apoiada em relações estáveis, ambientes estruturados e ações que promovam a saúde emocional. A chave reside em equilibrar proteção, autonomia e oportunidades de reconstrução identitária.

4 Educador Social em contextos de acolhimento residencial

O papel do educador social, em particular em contextos de acolhimento residencial de Portugal, tem vindo a assumir uma relevância crescente face à complexidade das situações vividas por crianças e jovens em situação de vulnerabilidade. Para que a sua intervenção seja transformadora, deve estar alicerçada num saber sociopedagógico rigoroso, sustentado por uma análise sistemática e refletida da realidade social envolvente, “permitindo conceber os modelos de intervenção a partir de uma visão pedagógica e positiva, distinta da visão tradicional que

sustenta o trabalho social em resposta a problemas previamente sinalizados” (VAZ e BAPTISTA, 2021, p.77889).

Em acolhimento residencial, os educadores sociais lidam com crianças e jovens que, embora possam partilhar problemáticas semelhantes, revelam trajetórias e vivências únicas. Neste contexto, crianças e jovens devem ser vistos como “seres únicos cujas vivências se situam igualmente em contextos socioeducativos e emocionais únicos” (BARROS, 2023, p. 23). Assim, torna-se necessário que a intervenção seja construída de forma participada, envolvendo os próprios jovens, com estratégias ajustadas ao momento e às circunstâncias concretas de cada um. Contudo, este trabalho vai muito além da dimensão técnica – exige uma forte componente humana e relacional. Enquanto seres sociais e emocionais, os educadores sociais trazem também as suas próprias particularidades, e é na convivência diária com as crianças e jovens que desenvolvem a capacidade de compreender inquietações e medos, criando uma relação de confiança mútua. Esta construção partilhada é assinalada por Camões (2025), a autora defende que a prática do educador social constitui um trabalho coletivo, no qual ambas as partes crescem e aprendem em conjunto.

Machado e Baptista (2023, p. 79) apontam os educadores sociais, como profissionais de educação que “interferem decisivamente no processo de desenvolvimento humano, com atenção redobrada para situações em que a vulnerabilidade e a fragilidade humana se encontram evidenciadas”. Reconhecidos como “profissionais qualificados vocacionados para a intervenção em contexto segundo lógicas de proximidade humana” (CAMÕES, 2025, p. 2), adotam uma abordagem dedicada e adaptada às necessidades de cada caso, procurando garantir que os aspetos positivos superam as dificuldades inerentes a esta forma de acolhimento.

Também reconhecido como profissional do desenvolvimento humano, o educador social, de acordo com Vaz (2010), tem como responsabilidade dar resposta às situações sociais vividas pelas pessoas e/ou pelos grupos com quem intervém. O seu papel é dinâmico e implica estabelecer relações, cuidar, agir como mediador junto da família, bem como encontrar formas de compreender e acolher os percursos e contextos de vida que conduziram essas pessoas à procura de ajuda.

Neste enquadramento, o educador social assume-se como uma figura de referência, um mediador, promotor do desenvolvimento integral e articulador entre a criança, a instituição e o meio exterior. No âmbito de projetos como o “Famílias Amigas”, este profissional desempenha um papel-chave na seleção das famílias, no acompanhamento da relação e na garantia de que essa vivência contribui positivamente para o projeto de vida da criança, conforme destacado

por Azevedo (2011), a intervenção do educador social vai muito além do cuidar - trata-se de uma ação socioeducativa, crítica e emancipadora.

5 Projeto “Famílias Amigas”

O projeto “Famílias Amigas” implementado numa instituição de acolhimento residencial, no norte de Portugal, tem como objetivo principal o proporcionar às crianças e jovens institucionalizados experiências de convivência familiar em ambiente seguro e afetivo, nos fins de semana e períodos de férias escolares. O projeto destina-se, sobretudo, às crianças que não mantêm vínculos afetivos significativos com a sua família biológica, promovendo o contacto com adultos responsáveis que se voluntariam para lhes proporcionar convivência familiar regular. A escolha da família amiga é feita com base em critérios definidos pela equipa técnica da instituição, com foco na segurança emocional, estabilidade e compromisso com o bem-estar da criança. Como objetivos específicos, o projeto evidenciou: proporcionar momentos de afeto e integração familiar; reduzir os efeitos da institucionalização prolongada; estimular a criação de laços de confiança e sentido de pertença e; ampliar a rede de apoio social e emocional das crianças e jovens.

As famílias amigas recebem formação prévia e acompanhamento contínuo por parte da equipa técnica. O contacto entre as famílias e a instituição é estreito, sendo as visitas cuidadosamente planeadas e avaliadas após cada convivência.

6 Metodologia

Este estudo desenvolveu-se no âmbito de um projeto de investigação-ação, sustentada por uma abordagem qualitativa de natureza descritiva e reflexiva. A opção por esta metodologia decorre da sua capacidade de promover uma leitura situada e transformadora da realidade social, através da participação ativa dos intervenientes e da imersão prolongada no contexto em análise. De acordo com Couto e Baptista (2025), a investigação-ação no campo da intervenção sociopedagógica permite um envolvimento comprometido do investigador com o campo, visando uma mudança social concreta a partir da prática reflexiva e partilhada. Deste modo, foi possível compreender uma realidade genuína e profunda, onde a subjetividade é valorizada, e onde se torna primordial reconhecer que não há modelos de intervenção que sejam universalmente válidos ou imutáveis.

O estudo desenvolveu-se numa instituição de acolhimento residencial no norte de Portugal, com foco foi o projeto “Famílias Amigas”, que visa proporcionar vivências familiares

a crianças e jovens institucionalizados. A recolha de dados deu-se ao longo de oito meses e baseou-se nos seguintes procedimentos: observação participante do quotidiano institucional e das dinâmicas associadas ao projeto; diálogos informais com a equipa técnica e educativa da instituição; interações espontâneas e regulares com as crianças e jovens envolvidos; reflexão escrita sistemática em diários de campo. Estas fontes permitiram uma triangulação de dados, garantindo riqueza descritiva, validade ecológica e uma compreensão aprofundada dos impactos da iniciativa na vida dos acolhidos. Esta metodologia incorporou ainda o contributo teórico de autores como John Bowlby, Ainsworth e Fonagy na análise da vinculação, bem como de Camões, Vaz e Baptista para a análise das práticas de Educação Social. Este percurso metodológico permitiu uma abordagem situada, participativa e crítica, oferecendo uma leitura aprofundada dos efeitos emocionais e sociais que este tipo de projeto pode ter no quotidiano de crianças e jovens institucionalizados.

3 Resultados e discussão

Foi possível observar diversos impactos positivos do projeto “Famílias Amigas” sobre as crianças e jovens institucionalizados. A convivência periódica com famílias voluntárias, nos fins de semana e períodos de férias, revelou-se uma ferramenta poderosa na promoção do bem-estar emocional, da construção de vínculos e da ampliação de experiências significativas.

A análise dos dados revelou múltiplos efeitos positivos do projeto “Famílias Amigas” no bem-estar emocional e social das crianças e jovens institucionalizados. Estes resultados foram interpretados à luz dos referenciais teóricos que orientaram o estudo.

De forma a sistematizar os principais resultados identificados na análise do projeto “Famílias Amigas”, apresenta-se de seguida uma tabela que organiza as dimensões que sobressaíram e os respetivos resultados observados. Esta organização permite visualizar de forma clara o impacto da iniciativa no bem-estar emocional, na socialização, no comportamento e na integração comunitária das crianças e jovens envolvidos. A tabela evidencia ainda os principais desafios encontrados, reforçando a importância do acompanhamento técnico especializado no desenvolvimento e continuidade deste tipo de projetos.

Tabela 1 – Dimensões e Resultados Observados: Promoção de Vínculos Afetivos e Integração Social

Bem-estar emocional Maior estabilidade emocional, aumento da autoestima, expressão afetiva mais livre	Crianças que antes apresentavam comportamentos retraídos passaram a demonstrar mais confiança e abertura emocional.
Experiências sociais e culturais Participação em eventos familiares, vivência de rotinas fora do ambiente institucional	As interações com as famílias voluntárias permitiram o acesso a novas experiências — desde atividades culturais a rotinas familiares quotidianas. Estas vivências ampliaram o repertório simbólico e afetivo das crianças.
Comportamentos desafiantes Redução de comportamentos de oposição, isolamento e agressividade	Foi observada uma redução nos comportamentos de oposição, agressividade e isolamento, frequentemente associados à institucionalização prolongada.
Trabalho em rede Articulação entre instituição, comunidade e famílias amigas	Foi evidente a valorização da intervenção socioeducativa em rede. O projeto reforçou o trabalho articulado entre instituição, famílias e comunidade, promovendo redes de apoio afetivo e social.
Limitações e desafios Acesso restrito, risco de frustração emocional, exigência de equipa técnica dedicada.	Apesar dos impactos positivos, identificaram-se limitações significativas, como a dificuldade de acesso universal ao projeto (devido ao número reduzido de famílias disponíveis) e o risco de dependência emocional, sobretudo quando os vínculos criados não têm continuidade.

As vivências proporcionadas pelas famílias amigas fomentaram a construção de vínculos seguros (BOWLBY, 1969; AINSWORTH, 1978), favorecendo a estabilidade emocional, a expressão afetiva e o sentimento de pertença. Crianças que antes apresentavam comportamentos retraídos passaram a demonstrar mais confiança e abertura emocional, confirmando a importância das relações afetivas consistentes no desenvolvimento da autoestima (FONAGY, 2004).

As interações com as famílias voluntárias permitiram o acesso a novas experiências, desde atividades culturais a rotinas familiares quotidianas. Estas vivências ampliaram o repertório simbólico e afetivo das crianças, sendo percebidas como “memórias emocionais positivas”, fundamentais para o fortalecimento da identidade pessoal e social. A lógica de proximidade vivida nestas relações está em consonância com a abordagem socioeducativa preconizada por Camões (2025), que enfatiza a importância da convivência para a transformação educativa.

Foi observada uma redução nos comportamentos de oposição, agressividade e isolamento, frequentemente associados à institucionalização prolongada. Esta mudança comportamental pode ser compreendida como uma consequência da internalização de vínculos seguros, conforme proposto por Zegers et al. (2006), que destacam o papel dos adultos de referência na reorganização emocional de crianças institucionalizadas.

O projeto reforçou o trabalho articulado entre instituição, famílias e comunidade, promovendo redes de apoio afetivo e social. Tal articulação responde ao que Couto e Baptista (2024) descrevem como pedagogia social centrada na participação e na construção partilhada, aproximando a prática educativa dos princípios da justiça social e da inclusão.

Apesar dos impactos positivos, identificaram-se limitações significativas, como a dificuldade de acesso universal ao projeto (devido ao número reduzido de famílias disponíveis) e o risco de dependência emocional, sobretudo quando os vínculos criados não têm continuidade. Estes aspetos reforçam a necessidade de uma mediação técnica qualificada e permanente, tal como defendido por Vaz e Baptista (2021), que reconhecem o educador social como mediador ético, relacional e emocional nos contextos de vulnerabilidade.

4 Conclusões

Em O projeto “Famílias Amigas” revelou-se uma estratégia valiosa de promoção do bem-estar emocional e de humanização do acolhimento residencial, ancorando-se numa lógica de proximidade afetiva que favoreceu a criação de vínculos seguros, a ampliação de experiências significativas e o reforço da autoestima das crianças e jovens acolhidos. Em conformidade com a Teoria da Vinculação, a existência de relações afetivas consistentes demonstrou ser essencial para a construção de trajetórias emocionais mais estáveis e resilientes.

Os resultados obtidos corroboram ainda a pertinência da intervenção socioeducativa de base participativa, onde o educador social desempenha um papel de mediador de relações, promotor de redes de apoio e impulsionador do desenvolvimento integral dos jovens. A prática demonstrou que a criação de laços afetivos fora do ambiente institucional contribui para a reorganização emocional e para a ampliação das perspetivas de vida das crianças e jovens acolhidos.

Todavia, os desafios identificados, como o acesso desigual e o risco de dependência emocional, sublinham a necessidade de que este tipo de iniciativas seja acompanhado por equipas técnicas especializadas, atentas e preparadas para gerir de forma ética e cuidadosa a complexidade das relações que se estabelecem. A continuidade e o sucesso de projetos semelhantes dependerão, assim, do investimento em formação, supervisão e acompanhamento técnico permanente.

Em síntese, a experiência analisada evidencia que projetos de proximidade como o “Famílias Amigas” são mais do que uma resposta complementar ao acolhimento residencial -

representam uma verdadeira oportunidade de transformação pessoal e social, alinhada com uma concepção emancipadora e humanizada da Educação Social.

Referências

AINSWORTH, M. D. S. **Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation**. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1978.

AMADO, J. et al. **A escola e os alunos institucionalizados**. Lisboa: Departamento da Educação Básica, 2003.

AZEVEDO, S. **Educação Social: Identidade e profissão**. Edições Universidade Fernando Pessoa, 2011.

BARROS, M. 2023. Acolhimento institucional do apartamento de autonomia para a vida adulta – caminhos de aprendizagem: Estudo de caso (Dissertação de Mestrado em Educação, Especialização em Pedagogia Social). Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/45616>.

BOWLBY, J. **Attachment and loss: Vol. 1. Attachment**. New York: Basic Books, 1969.

BOWLBY, J. **A secure base: Parent-child attachment and healthy human development**. London: Basic Books, 1988.

CAMÕES, A. Educadores sociais como profissionais qualificados: desafios de formação. **Revista Portuguesa De Investigação Educacional**, (29), 1-17, 2025. Disponível em <https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2025.17555>.

COUTO, F.; BAPTISTA, I. Fostering Participation in Community Development as a Social-Pedagogical Approach. **Perspectives and Trends in Education and Technology. Lecture Notes in Networks and Systems**, 537-543, 2025. Disponível em https://doi.org/10.1007/978-3-031-78155-1_49.

CYRULNIK, B. **Resiliência: essa inaudita capacidade de construção humana**. Instituto Piaget, 2001.

FONAGY, P. **Affect regulation, mentalization, and the development of the self**. New York: Other Press, 2004.

HAWKINS-RODGERS, Y. (2007). Adolescents adjusting to a group home environment: A residential care model of re-organizing attachment behavior and building resiliency. **Children and Youth Services Review**, 29(9), 1131–1141, 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2007.04.007>.

MACHADO, R.; BAPTISTA, I. (2023). Cultura ético-deontológica dos educadores sociais – desafios de formação. **Revista Lusófona de Educação**, 60(60), 77-88. 2023. Disponível em <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle60.05>.

MASTEN, A. Ordinary magic: Resilience processes in development. **American Psychologist**, 56(3), 227–238, 2001. Disponível em <https://doi.org/10.1037/0003-066X.56.3.227>.

MATOS, P.; COSTA, M. Vinculação e processos desenvolvimentais nos jovens e adultos. **Cadernos de Consulta Psicológica**, 12, 45- 54, 1996.

PAIVA, A. A voz das crianças em acolhimento institucional: uma abordagem centrada nos direitos. **Revista Infância e Juventude**, 5(2), 43–56, 2012.

VAZ, C. 2010. Educação Social e Intervenção Sociocomunitária: O Educador Social numa «Comunidade de Aprendentes» (Dissertação de Mestrado em Educação, Especialização em Pedagogia Social). Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa.

VAZ, C.; BAPTISTA, I. (2021). Pedagogia Social e Inovação Socioeducativa – Imperativos de formação académica. **Brazilian Journal of Development**, 7(8), 77886–77898, 2021. Disponível em <https://doi.org/10.34117/bjdv7n8-144>.

YUNES, M.; MIRANDA, A.; CUELLO, S. Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In: KOLLER, S. **Abordagem ecológica do desenvolvimento humano: experiência no Brasil**, 193-214. Editora Casa do Psicólogo, 2004.

ZEGERS, M. *et al.* A Attachment representations of institutionalized adolescents and their professional caregivers: Predicting the development of therapeutic relationships. **American Journal of Orthopsychiatry**, 76(3), 325–334, 2006. Disponível em <https://doi.org/10.1037/0002-9432.76.3.325>.